

Retrato do analfabetismo: algumas considerações sobre a educação no Brasil

Leonor Dias Paini^{1*}, Eliana Alves Greco², Ana Laura Azevedo³, Maria de Lurdes Valino³ e Sebastião Gazola⁴

¹Departamento de Teoria e Prática da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. ²Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil. ³Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (USP), Brasil. ⁴Departamento de Estatística, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. e-mail: leonorpaini@terra.com.br

RESUMO. Este estudo tem por objetivo tecer algumas considerações sobre o quadro do analfabetismo e do iletrismo no Brasil. Para esta pesquisa, utilizamos três procedimentos metodológicos: revisão conceitual da literatura, delineamento da historicidade do analfabetismo no Brasil e levantamento de dados estatísticos. Quanto à revisão da literatura, apresentamos os termos analfabetismo e iletrismo, bem como apontamos a leiturização e o letramento, como uma das alternativas para minimizar o analfabetismo, sem termos, neste momento, a pretensão de elaborar uma proposta para superar o problema. Desta forma, por meio do resgate histórico e do conjunto de dados estatísticos, mostramos a situação de atraso “histórico” na educação no que concerne ao analfabetismo renitente, principalmente nos países em desenvolvimento como o nosso.

Palavras-chave: analfabetismo, analfabetismo funcional, iletrismo.

ABSTRACT. The portrayal of illiteracy: some considerations on education in Brazil.

The portrayal of illiteracy: some considerations on education in Brazil. The aim of this study is to make some considerations on the present Brazilian situation regarding literacy and illiteracy. Three different methodological procedures were used: a conceptual revision of the literature; the historical process of illiteracy in Brazil and statistical data on the subject. In relation to the bibliographical studies, the terms literacy, illiteracy, reading and decoding of texts are presented coupled to writing skills. There is no intention of building a new proposal to overcome the problem of illiteracy. Therefore the historical background of illiteracy and statistical data show the historical situation of a diehard educational condition as actually occurs in developing countries, Brazil included.

Key words: illiteracy, functional illiteracy, decoding texts.

Introdução

As coisas.

Que tristes são as coisas,
consideradas sem ênfase..

(Drummond)

Vivemos um momento da história da mais alta tecnologia, temos a vida registrada, a cidade desenhada no papel, a memória eletrônica, a mídia digital, entre outros. Mas não se pode falar em desenvolvimento científico e tecnológico, da organização do espaço e da gestão pública e princípios de cidadania, sem falar da escrita. Nessa trajetória da civilização ocidental, a escrita deu voz à oralidade, criou o rádio, o telefone e o computador, aprisionou o tempo e modificou o espaço. Por isso, já não é mais concebível abrir um livro com as “páginas em branco”.

Nesse contexto histórico, acreditamos que não há democracia sem letramento, sem a circulação de

informação. Não conseguimos imaginar a justiça sem as letras. “Saber e poder ler e escrever é uma condição tão básica de participação na vida econômica, cultural e política que a escola se tornou um direito fundamental do ser humano, assim como a saúde, moradia e emprego” (Brito, 2003, p. 7). Os resultados de enquetes de hábitos de leitura, por sua vez, mostram que é senso comum falar que ler é importante e que as pessoas têm o desejo de poder ler, porém muitos dos que lêem não conseguem interpretar o texto lido.

Tal fato pode ser constatado em uma pesquisa realizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, envolvendo 32 países, com o objetivo de medir a capacidade de leitura em 265 mil estudantes, na faixa etária de 15 anos, pertencentes a escolas públicas e privadas. O estudo mostrou que os alunos brasileiros foram capazes de identificar letras, palavras e frases, mas não de compreender o sentido do que leram (Marques, 2002).

Esse dado revela uma situação problemática, que necessita aprofundamento, pois a persistência do analfabetismo leva-nos a compreender que as ações governamentais não têm sido suficientes para alterar, qualitativamente, a atuação educacional.

Contudo, este artigo não pretende esgotar a análise sobre o analfabetismo no Brasil, nem mesmo esclarecer as suas causas e conseqüências. Trata-se de um esforço inicial para refletir e contribuir para superar o analfabetismo e, talvez um dia, poder virar essa página da história.

A problemática da alfabetização no Brasil vem sendo discutida há muito tempo. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no Mapa do Analfabetismo no Brasil, a história mostra que “tão antigas quanto o analfabetismo no País, são as tentativas de erradicá-lo” (MEC/Inep, 2005, p. 12). Dentre essas tentativas, estão as seguintes propostas de alfabetização: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947, Governo Eurico Gaspar Dutra); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958, Governo Juscelino Kubitschek); Movimento de Educação de Base (1961, criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil-CNBB); Programa Nacional de Alfabetização, valendo-se do método Paulo Freire (1964, Governo João Goulart); Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral (1968-1978, Governos da Ditadura Militar); Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos-Educar (1985, Governo José Sarney); Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania-Pnac (1990, Governo Fernando Collor de Mello); Declaração Mundial de Educação para Todos (assinada, em 1993, pelo Brasil em Jomtien, Tailândia); Plano Decenal de Educação para Todos (1993, Governo Itamar Franco) e, finalmente, o Programa de Alfabetização Solidária (1997, Governo Fernando Henrique Cardoso).

Essas propostas salvacionistas surgiram em busca do combate ao analfabetismo. Algumas deixaram parcelas de contribuições relevantes, mas muitas foram marcadas pela seletividade, exclusão social, dominação e imposição cultural. Em virtude disso, não conseguiram atingir seu objetivo, tornando um impasse o tão desejado processo de leiturização.

A partir daí, torna-se necessária uma investigação das ações governamentais e educacionais, repensando os parâmetros de intersecção entre as duas instâncias, bem como as suas contribuições, para viabilizar a formação de uma sociedade mais humana. Precisamos refletir sobre a função da escola para que ela atue incluindo todos os indivíduos, capacitando-os a utilizarem a leitura, a escrita e o cálculo de forma competente e crítica.

Para explicitar essa situação de atraso na educação, primeiramente, retomamos, segundo a literatura consultada, os termos analfabetismo,

analfabetismo funcional e iletrismo. Em um segundo momento, procuramos delinear, por meio da análise de dados estatísticos, o perfil do analfabetismo no Brasil, em paralelo com os dados da América Latina e Caribe no quadro mundial. E, para finalizar, apresentamos os conceitos de leiturização e letramento como alternativas de ação diante dos fenômenos sociais do analfabetismo e iletrismo.

Ressignificando o analfabetismo

O analfabeto, principalmente,
o que vive nas grandes cidades,
sabe, mais do que ninguém,
qual a importância de saber ler e escrever,
para a sua vida como um todo...
(Paulo Freire)

Historicamente o analfabetismo é um fato secular no Brasil¹ e continua sendo produzido nos dias atuais. Ferraro (1985) afirma que ele é produzido social e historicamente. Nesse contexto, iniciamos a nossa reflexão buscando um significado para o termo *analfabetismo*, uma vez que ele se tornou corriqueiro dentro da realidade brasileira.

Em 1980, a Unesco definia como analfabeta a pessoa “incapaz de exercer todas as atividades para as quais é necessário saber ler, para o bom funcionamento do grupo e da comunidade e também para que a pessoa continue a utilizar-se da leitura, da escrita e da aritmética em prol de seu próprio desenvolvimento e o da comunidade” (*apud* Garcia, 1990, p. 16).

Nas estatísticas apresentadas pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é conceituada *analfabeta* a pessoa que declara não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece, além da inclusão daquelas que relatam que aprenderam a ler, mas esqueceram (IBGE, 2001).

Os formulários dos censos, até 1940, definiam a pessoa como analfabeta ou alfabetizada perguntando-lhe se sabia assinar o nome, pois a condição sócio-político-cultural da época exigia apenas esse nível de conhecimento de grande parte da população.

A partir do censo de 1950, até o de 2000, a pergunta passou a ser: “sabe ler e escrever um bilhete simples?”. A pergunta indica preocupação com o uso social da escrita e não mera confirmação de saber escrever ou desenhar somente o próprio nome, o que já é um avanço.

Ainda que as definições sobre analfabetismo sejam complexas, Foucambert é um dos autores que tenta esclarecer esse conceito. Para o autor,

¹A história do analfabetismo no Brasil pode ser verificada em Ferraro (1985).

“analfabetismo é o desconhecimento das técnicas de utilização da escrita”, traduzido como a “(...) impossibilidade de compreender ou de produzir uma mensagem escrita simples, que trate de questões concretas ligadas à vida cotidiana: sua origem está na falta de domínio do sistema de correspondência entre grafemas e fonemas. Esse analfabetismo provém da ausência de alfabetização.” (Foucambert, 1994, p. 18, 118).

Para uma compreensão mais aprofundada sobre o analfabetismo, necessita-se situá-lo econômica, histórica, política e socialmente.

Economicamente, o analfabetismo pode ser visto como um dos principais indicadores de subdesenvolvimento. Hirschberg e Pruks (1990, p. 25) apontam outros indicadores de subdesenvolvimento, como o alto índice de mortalidade infantil; a baixa renda *per capita*; a reduzida expectativa de vida; as ocupações de baixa ou nenhuma qualificação; o rendimento insuficiente para garantir as necessidades de nutrição, moradia, transporte, vestuário; a insuficiência, quantitativa e qualitativa de serviços educacionais que se fundem ao analfabetismo, configurando toda uma situação de vida e não apenas desconhecimento da leitura e da escrita.

A escrita, assim como o saber acumulado que dela provém, tem significado, historicamente, um privilégio e, conseqüentemente, detenção de poder das classes dominantes. Cagliari (1989, p. 10) afirma que a diminuição do analfabetismo representaria o “compartilhamento do saber do poder e do poder do saber. A igualdade de chances tornar-se-ia perigosa demais para os que quisessem mandar e ter quem lhes obedecesse. Nada melhor do que a ignorância para gerar a obediência cega, a subserviência e o conformismo, como destino irrevogável da condição humana”.

Pinto (1991, p. 92, 102) descreve o analfabeto como uma realidade humana e o analfabetismo como uma realidade sociológica. O analfabeto “(...) em sua essência não é aquele que não sabe ler, sim aquele que, por suas condições concretas de existência, não necessita ler (...). O adulto se torna analfabeto porque as condições materiais de sua existência lhe permitem sobreviver dessa forma com um mínimo de conhecimentos, o mínimo aprendido pela aprendizagem oral, que se identifica com a própria convivência social”.

Essa definição sintetiza o contexto sócio-histórico e político que envolve o indivíduo analfabeto. Re-significando o conceito de analfabeto, busca-se superar a definição que o concebe tão-somente como o indivíduo que não sabe ler.

As condições de produção do analfabetismo e do analfabeto têm suas causas em fatores sociais e educacionais. São sociais as condições de trabalho

que, pautadas historicamente em um modelo taylorista, não requisitavam de seus trabalhadores conhecimentos de leitura e escrita, visto que *não eram necessários*, bastava a força de trabalho. De acordo com Pinto (1991, p. 93), “é o trabalho que alfabetiza ou analfabetiza o homem, segundo exija dele o conhecimento das letras, ou seja, de tal espécie que o dispense de conhecê-las”.

Os fatores educacionais localizam na atuação da escola os condicionantes da perpetuação do analfabetismo. Ferraro (1985, p. 48) afirma que a “produção de novos analfabetos se faz através da exclusão praticada pelo aparelho escolar”. São vítimas dessa exclusão todos aqueles que nem sequer chegam a ser admitidos no processo de alfabetização na idade de escolarização obrigatória; aqueles que, tendo sido admitidos, são posteriormente excluídos do processo; aqueles que, dentro do sistema de ensino, estão sendo objeto de exclusão através da reprovação e repetência e estão sendo assim preparados para a posterior exclusão do processo.

Azevedo (1995, p. 34) qualifica a ação escolar chamando-a de escola da excludência: “a permanência e a (re)produção desse quadro sombrio vêm sendo asseguradas e reforçadas pela atuação do que poderíamos chamar de escola da excludência, uma escola de 1º grau cujo perfil assim poderia ser traçado: acesso restrito, permanência precária, qualidade comprometida”.

A perversa situação de exclusão do processo de escolarização perpetua o analfabetismo adulto. Hirschberg e Pruks (1990, p. 25) relacionam o analfabetismo adulto diretamente ao deficiente atendimento escolar.

Ferreiro (1993, p. 16) também questiona seriamente a atuação escolar como mantenedora do analfabetismo e deixa claro que a solução não é uma questão de organização de campanhas de alfabetização, pois, por mais bem-sucedidas que sejam, “não há garantias de se alcançar porcentagens de alfabetização altas e duráveis enquanto a escola primária não cumprir eficazmente sua tarefa alfabetizadora. Na medida em que a escola primária continuar expulsando grupos consideráveis de crianças que não consegue alfabetizar, continuará reproduzindo o analfabetismo dos adultos”.

Foucambert (1994, p. 18) considera que o analfabetismo não pode ser visto apenas como resultado do mau funcionamento do sistema escolar, mas uma situação coerente com a ordem vigente nas sociedades industriais.

Buscando uma síntese dos conceitos sobre analfabetismo apresentados, poderíamos compreendê-lo pela falta de exigência social ao uso da leitura e da escrita, para determinada parcela da população. A exclusão do processo de escolarização é um fator social considerável na manutenção do analfabetismo

e se traduz como um dos fatores que, na totalidade das condições de vida do indivíduo, poderão determinar a necessidade ou não de ler e escrever.

Analfabetismo funcional e iletrismo²

Analisando o termo *analfabetismo funcional*, deparamo-nos com a dificuldade de encontrá-lo tanto na literatura como nas pesquisas. Observamos que, na literatura consultada, primeiramente aparece o termo *alfabetismo funcional*, só depois é que aparece o *analfabetismo funcional*³.

No final da década de 70, a Unesco sugere a adoção dos termos *alfabetismo funcional* e *analfabetismo funcional*, considerando alfabetizada funcional “a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida” (Unesco, 1979).

Na década de 90, o IBGE, seguindo recomendações da Unesco, passou a divulgar também índices de analfabetismo funcional, tomando como base não a auto-avaliação dos respondentes, mas o número de séries escolares concluídas. Pelo critério adotado, “são analfabetas funcionais as pessoas com menos de quatro anos de escolaridade”.

Para Foucambert (1994, p. 118), “o analfabetismo funcional envolve pessoas com vários anos de escolaridade que dominam essas técnicas de correspondência grafo-fonética em um certo período de sua vida, mas perderam esse domínio por falta de uso e de exercício com elas”. Esse autor compreende que os novos analfabetos são recrutados forçosamente entre os iletrados que foram alfabetizados há 30 ou 60 anos atrás e que, na sua maioria, estão excluídos das experiências sociais do estatuto do poder. A exclusão das redes de comunicação e a ausência de motivos para recorrer a textos levam à perda dos saberes alfabéticos previamente adquiridos. Para o autor, o analfabetismo funcional não é senão consequência da exclusão que se assenta na divisão desigual do poder.

Já o termo iletrismo⁴ designa a situação de pessoas que aprenderam a leitura, a escrita e o cálculo e, no entanto, afastaram-se do mundo letrado, por razões diversas.

Foucambert diferencia os termos analfabetismo e iletrismo pelo fato de contextualizarem realidades diferentes. Para ele, o iletrismo não tem relação com a alfabetização, contudo, o analfabetismo funcional é consequência direta do iletrismo, especialmente pelo

desuso da escrita no cotidiano da vida, caracterizando-se o iletrismo “pelo afastamento em relação às redes de comunicação escrita, pela falta de familiaridade com livros e jornais, pela exclusão do indivíduo das preocupações e respostas contidas na elaboração da coisa escrita” (Foucambert, 1994, p. 119).

Análise de dados sobre analfabetismo e iletrismo

Os fenômenos sociais do analfabetismo e do iletrismo podem ser compreendidos também por meio dos reveladores dados estatísticos.

A Tabela 1, a seguir, apresenta a população analfabeta, em números absolutos, e a taxa de analfabetismo, por gênero, no mundo, na América Latina e Caribe, em 1980, 1990 e 2000, e Brasil, em 1980, 1991 e 2000.

Analisando os dados da Tabela 1, observa-se que, entre 1980 e 1990, houve um crescimento, em números absolutos, da quantidade de pessoas analfabetas no Mundo, com declínio dessa quantidade em 2000. Em 1980, eram 880 milhões, em 1990, 882 milhões e, em 2000, são 876 milhões de pessoas analfabetas. A taxa de analfabetismo, no entanto, é decrescente, vindo de 30,6%, em 1980, chegando a 2000 com 20,6% da população mundial.

Quanto ao gênero, percebe-se que, no Mundo, são decrescentes os números absolutos e o percentual de homens analfabetos. Em 1980, eram 327 milhões, representando 22,8% da população mundial, e em 2000, são 313 milhões, representando 14,7% da população mundial. Essa taxa pode ser considerada média, pois está acima de 10%.⁵

Tabela 1. População analfabeta - de 15 anos e mais de idade⁶ - em números absolutos e taxa de analfabetismo, por gênero.

	1980			1990/1991*			2000		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Mundo									
Total (000 000)	880	327	553	882	322	560	876	313	563
%	30,6	22,8	38,2	24,8	18,1	31,4	20,6	14,7	26,4
A. Latina e Caribe									
Total (000 000)	44	19	25	42	19	23	42	19	23
%	20,3	18,0	22,5	14,9	13,5	16,3	11,7	10,8	12,6
Brasil									
Total (000 000)	19	9	10	19	9	10	16	8	8
%	25,4	23,6	27,1	20,0	19,8	20,2	13,6	13,7	13,4

Fontes: Unesco. Disponível em www.unesco.org. Acesso em 31/03/2002; IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. * 1990 – refere-se aos dados fornecidos pela Unesco para o Mundo e América Latina e Caribe. 1991 – refere-se aos dados fornecidos pelo IBGE, em relação ao Brasil. H – Homem; M = Mulher.

Entre as mulheres, os números mostram uma situação dramática, pois é crescente, em números absolutos, a quantidade de mulheres analfabetas no Mundo. Em 1980, eram 553 milhões, em 1990, aumentou para 560 milhões e, em 2000, já somam 563

²Os termos analfabetismo, analfabetismo funcional e iletrismo são considerados por muitos autores e, principalmente, pela Unesco como termos equivalentes.

³O leitor pode obter mais dados sobre Alfabetismo e Analfabetismo Funcional em Paiva (1997) e no Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (2001), pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro em conjunto com Ação Educativa.

⁴O surgimento do termo iletrismo pode ser pesquisado em Blind (1999).

⁵É considerado muito alto um percentual maior que 40%; alto quando situado entre 20 e 40; médio entre 10 e 20; baixo quando menor que 10.

⁶Trabalhamos com dados referentes à população de 15 anos e mais de idade – referência utilizada pela Unesco, por ser o final do período de escolarização fundamental.

milhões. Em termos percentuais, a taxa está em queda, vindo de 38,2%, em 1980, chegando a 2000 com 26,4% da população mundial feminina analfabeta. Embora em queda, essa taxa ainda é alta. O Mundo conta com uma população analfabeta de 250 milhões de mulheres a mais do que a de homens, justificando a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de Jomtien, em 1990, quando coloca como um dos objetivos a ampliação do acesso das mulheres à educação.

É preocupante essa grande quantidade de pessoas analfabetas, pois, no mundo globalizado em que vivemos, onde cada vez mais se exige das pessoas conhecimento social da leitura e da escrita, tem-se um contingente de pessoas com grande possibilidade de permanecerem excluídas das redes de comunicação. É necessária a implantação de políticas públicas que reduzam os efeitos dessa situação.

Na América Latina e Caribe, a situação de analfabetismo apresenta um contorno diferente do apresentado no Mundo, pois, embora a taxa seja decrescente, a quantidade de pessoas se mantém estável. Continua, no entanto, a universal desigualdade entre homens e mulheres: as mulheres representam a maior quantidade de analfabetos dentro da população total.

A quantidade de pessoas analfabetas, em números absolutos, apresentou queda entre 1980 e 1990, mantendo-se estável em 2000. Eram 44 milhões em 1980, houve um declínio para 42 milhões em 1990, mantendo-se em 2000. A taxa de analfabetismo é continuamente decrescente: era 20,8% em 1980, agora, em 2000, representa 11,7% da população.

A América Latina e Caribe apresentam índices de analfabetismo menores, comparados ao Mundo e ao Brasil. No Brasil, a quantidade absoluta de pessoas analfabetas mantém-se estável, entre 1980 e 1991, em aproximadamente, 19 milhões de pessoas, e declina em 2000, para aproximadamente 16 milhões de pessoas analfabetas. Em termos percentuais, o decréscimo é contínuo, representando 25,4%, 20% e 13,6%, respectivamente, da população total.

Tabela 2. Total de pessoas – com 15 anos e mais de idade - e porcentagem por sexo e grupos de anos de estudo, no Brasil, em 1980, 1991 e 2000.

	Grupos de anos de estudo						
	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinado
2000							
Total	13.112.554	22.795.818	30.106.262	20.298.595	20.316.003	5.524.947	443.950
%	11,0	19,0	25,2	17,0	17,0	4,6	0,4
Homem	6.319.553	11.602.827	14.944.017	9.791.638	8.914.793	2.605.603	212.133
Mulher	6.793.000	11.192.991	15.162.244	10.506.957	11.401.210	2.919.344	231.820
1991							
Total	18.505.287	17.013.491	31.897.821	12.296.080	11.547.769	4.022.267	70.062
%	19,3	17,8	33,3	12,8	12,0	4,2	0,1
Homem	8.908.266	8.534.828	15.736.959	5.950.843	5.181.262	2.056.357	32.023
Mulher	9.597.021	8.478.663	16.160.862	6.345.237	6.366.507	1.965.910	38.039
1980							
Total	20.166.149	15.536.555	23.548.096	7.248.096	5.563.752	1.774.071	61.149
%	27,4	21,1	32,0	9,8	7,6	2,4	0,1
Homem	9.514.696	7.863.934	11.605.011	3.593.459	2.542.153	1.044.645	29.636
Mulher	10.651.453	7.672.621	11.592.920	3.654.637	3.021.599	729.426	31.513

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Mesmo apresentando índices de analfabetismo em decréscimo, os índices do Brasil são, no geral, mais elevados que os de América Latina e Caribe. Isso pode significar que, comparativamente, o Brasil apresenta uma situação de analfabetismo mais complexa do que o todo de América Latina e Caribe.

Observa-se coerência nos índices de analfabetismo no Mundo, na América Latina e Caribe e no Brasil: os índices estão diminuindo, porém é alarmante a quantidade absoluta de pessoas analfabetas, exigindo ações planejadas e eficazes para elevar mundialmente o nível de alfabetismo.

A Tabela 2, apresenta a quantidade de pessoas e percentual, separadas por grupos de anos de estudo e gênero no Brasil em 1980, 1991 e 2000.

O Brasil vem apresentando, continuamente, decréscimo do número de pessoas sem instrução e menos de um ano de estudo. Em 1980, eram aproximadamente 20 milhões, em 1991, 18,5 milhões e, em 2000, são 13,1 milhões.

A taxa de pessoas sem instrução ou menos de um ano de estudo, vem sofrendo contínuo decréscimo, conforme dados nos três censos pesquisados, atingindo 27,4%, 19,3% e 11,0%, respectivamente. Essa situação sugere que está se esboçando uma elevação da quantidade de anos de estudos do povo brasileiro, porém o maior índice de escolaridade ainda está centrado na faixa de 4 a 7 anos de estudos, revelando que uma parcela significativa do povo brasileiro não está completando o Ensino Fundamental, significando possibilidade de iletrismo, levando ao analfabetismo funcional.

É de fundamental importância pensarmos em ações a serem executadas no País a fim de diminuir o analfabetismo, o analfabetismo funcional e o iletrismo. Numa tentativa de superação da problemática apresentada, apontamos para os conceitos de leiturização e letramento como uma das possibilidades de alternativas viáveis.

Leiturização e letramento

O termo leiturização é utilizado por Foucambert (1994), que defende a implantação de uma política de leiturização, diferenciando-se da alfabetização, o que implica em metas sociais e políticas.

A alfabetização tem se caracterizado por aquisições meramente técnicas de decifração de grafemas em fonemas, sem, no entanto, familiarizar o sujeito com a produção social escrita. Nesse sentido, vem produzindo o fenômeno do iletrismo, que, nos países industrializados, abrange uma parcela crescente da população, que se afasta das redes de comunicação escrita, por falta de familiaridade com a essa comunicação.

No Brasil, esse dado não é diferente. A população estimada de leitores, de 14 anos ou mais de idade, corresponde a 30% da população⁷. Efetivamente, esse número precisa ser ampliado, pois um país democrático deve, necessariamente, proporcionar condições para que um contingente crescente de pessoas tenha acesso ao mundo letrado.

Nesse contexto, o papel da escola é questionado, como são questionadas as políticas públicas, que primam pela alfabetização da população, mas não por uma efetiva capacitação do sujeito a ler de forma competente e crítica.

Uma política de ação comunitária por parte das instâncias e movimentos de educação popular faz-se necessária, como sugere Foucambert (1994, p. 116): “Essa ação de educação popular precisa se desenvolver em múltiplas instâncias: empresas, associações de bairros, grupos de lazer, bibliotecas, formação contínua, meios de comunicação etc.”

A escola também se apresenta como um das instituições capazes de transformar essa situação, no entanto necessita priorizar a qualidade e não deve ser a única a se responsabilizar por tal intento. A participação de todas as instâncias sociais e políticas, governamentais e não governamentais, é fundamental para reverter o analfabetismo e formar o leitor crítico, “um leitor capaz de entrar em confronto com o texto para (re)construir o sentido (ideológico ou contra-ideológico), de suas linhas e entrelinhas”, como assinala Azevedo (1995, p. 48).

Nesse sentido, novas práticas de leitura precisam ser criadas, além de uma mobilização, que a priorize como possibilidade de inserção social, de democratização do acesso aos bens culturais, para uma camada cada vez mais abrangente da população.

Na mesma perspectiva, apontamos o letramento, que é o fato de pessoas utilizarem a escrita socialmente e de forma intensa. O termo *letramento* é

apresentado por alguns autores como um fenômeno complexo, não havendo consenso em torno de uma única definição. Os primeiros registros são atribuídos a Kato (1996, p. 7), que, em 1986, já assinalava que a língua falada culta “é consequência do letramento”. Desde então, essa palavra torna-se cada vez mais freqüente no discurso de especialistas.

Para Soares (1998), o surgimento da palavra letramento se dá em função da necessidade de se compreender um novo fenômeno que vem ocorrendo socialmente, com o uso freqüente da leitura e da escrita. A autora diferencia o indivíduo letrado do alfabetizado, afirmando que o último é aquele que sabe ler e escrever, mas não necessariamente utiliza a leitura e a escrita em sua vida cotidiana.

Já indivíduo letrado resulta da ação de “letrar-se” e da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever; o estado ou condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais.

Em uma outra perspectiva, como sugere Soares (1998), o conceito de letramento encaminha a uma possível definição operacional, ao responder os requisitos de um determinado programa de avaliação. E Tfouni (1997) diferencia letramento de alfabetização em uma ótica social.

Portanto, a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo ou grupo de indivíduos, e o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.

Considerações finais

Embora tenha sido amplamente discutida, a problemática do analfabetismo ainda necessita ser estudada e compreendida em quatro aspectos: o econômico-social, ao explorar os diversos indicadores sociais relacionados ao analfabetismo e ao iletrismo; o aspecto político, ao desvelar os problemas que tornam o analfabetismo renitente, conhecendo o ponto de vista do próprio analfabeto e buscando compreender seus desejos e possibilidades; o político-educacional, ao considerar as diferenças regionais existentes no Brasil, e o aspecto organizacional, ao fomentar os projetos de combate à alfabetização pelos diferentes órgãos, bem como pelos governadores, prefeitos, membros dos Legislativos, Secretarias, a fim de que ganhe o corpo e a alma dos educadores e de todos os setores que desenvolvem os projetos de leiturização. Além desses aspectos, é necessário também atentar-se para o analfabetismo, em nível internacional, buscando ações concretas que levem a superação do analfabetismo e do iletrismo.

A defasagem entre leitores e não-leitores parece que vem legitimando as diferenças entre classes sociais, em que tarefas são divididas entre aqueles que pensam e os que executam. Nesse sentido, a

⁷Fonte: pesquisa “O Retrato da Leitura no Brasil” - SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros), realizada entre 10 de dezembro e 25 de janeiro de 2001.

leitura aparece também como um instrumento de conquista de poder antes de ser meio de lazer, conhecimento e cultura. A leitura amplia os horizontes, fazendo emergir pontos de vista diferenciados sobre uma dada realidade.

Parafrazeando Azevedo (1995, p. 48), é necessário transformar o leitor em um leitor crítico, capaz de entrar em confronto com o texto para (re)construir o seu sentido ideológico e contra-ideológico.

Dessa forma, a leitura é sempre apropriação, invenção e produção de significados. Toda a história da leitura supõe, em seu princípio, a liberdade do leitor para deslocar e subverter aquilo que o livro lhe pretende impor. Porém, como esclarece Chartier (1998, p. 77), essa liberdade de leitura não é jamais absoluta, mas é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura.

Podemos afirmar que os sentidos daquilo que lemos também são produzidos socialmente, então é necessário que saibamos entender o contexto e compreender a cultura para que possamos interpretar de forma mais adequada o que se passa ao nosso redor. Na leitura, buscamos possibilidades de inserção social, como instrumento para uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, como afirma Paulo Freire (1987), não podemos manter a ilusão de que o fato de saber ler e escrever, por si só, contribuirá para alterar as condições de moradia, comida e trabalho. Dado que, além da simples capacidade de ler, estão as formas de inserção das pessoas no tecido social e a distribuição da riqueza econômica e dos bens culturais. Isso implica, entre outras coisas, na possibilidade de que o indivíduo, ao se tornar um leitor, ganha mais autonomia em relação à sua própria vida. Ainda que seja consenso de que não há justiça possível sem transformação nas relações de poder, concordamos com Freire, ao defender a idéia de que não existe transformação social sem a contribuição da educação: "O importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não 'bancária', é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros." (Freire, 1987, p. 120).

Assim, acreditamos que seja necessário elaborar um projeto de alfabetização que compreenda a leitura enquanto processo de ressignificação do objeto lido, que pode ser um livro, uma obra de arte, um texto, entre outras coisas, que amplie a noção de leitura e a visão de mundo, de tal modo que se possa compreender o homem como um ser histórico e social.

Referências

AZEVEDO, M.A. *Para a construção de uma teoria crítica em alfabetização escolar*. São Paulo: Cortez, 1995.

BLIND, C.F. (Org.). *L'illettrisme en toutes lettres*. Textes, analyses, documents, entretiens, témoignages. Charenton: Flohic, 1999, p. 21-27.

BRITO, L.P.L. Apresentação dos anais do Cole. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 14., 2003, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp/Associação de Leitura do Brasil, 2003. p. 7. CD-ROM.

CAGLIARI, L.C. *Alfabetização & lingüística*. São Paulo: Scipione, 1989.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 1998.

FERRARO, A.R. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 52, p. 35-49, 1985.

FERREIRO, E. *Com todas as letras*. São Paulo: Cortez, 1993.

FOUCAMBERT, J. *A leitura em questão*. Porto Alegre: Artmed, 1994.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, M. Um saber sem escrita: visão de mundo do analfabeto. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 75, p. 15-24, 1990.

HIRSCHBERG, A.; PRUKS, L.R. *Analfabetismo o grande não*. São Paulo: FDE, 1990.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. Censos demográficos 1980,1991 e 2000. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2005.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados de Analfabetismo no Brasil (2001). Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em:8 nov. 2004.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. MEC/Inep. Censo escolar (2001). Disponível: <www.inep.gov.br>. acesso em: 13 dez. 2004.

INEP-INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Mapa do Analfabetismo no Brasil. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo>> Acesso em: 20 jan. 2005.

IPM-INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Indicador nacional de alfabetismo funcional. São Paulo: Ação Educativa, 2001.

KATO, M. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística*. São Paulo: Ática, 1996.

MARQUES, L. Por que eles não conseguem ler? *Jornal do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial*. Ed. 31, 2002. Disponível em: <<http://www.braudel.org.br/paper31b.htm>> Acesso em: 18 fev. 2005.

PAIVA, V.P. *Alfabetismo funcional no Município de São Paulo*. São Paulo: Cedes, 1997.

PINTO, A.V. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 1991.

SNEL-SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. *O retrato da leitura no Brasil*. São Paulo: CBL, 2001.

SOARES, M.B. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TFOUNI, L.V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1997.

UNESCO. Relatório sobre a educação, 1979. Disponível

em: <www.unesco.org> acesso em: 20 mar. 2005.

Received on July 22, 2005.

Accepted on December 15, 2005.